

**Território de educação e formação: o caso do Projeto de Assentamento 08 de abril em Jardim Alegre/PR**

**Education and training territory: the case of the april 8 settlement Project in Jardim Alegre/PR**

**Territorio educativo y formacion: el caso del proyecto de solución del 8 de abril em jardim Alegre/PR**

Recebido: 08/03/2020 | Revisado: 09/03/2020 | Aceito: 11/03/2020 | Publicado: 20/03/2020

**Cleiton Costa Denez**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4344-3077>  
SEED/PR, Brasil.

E-mail: [denezgeo13@gmail.com](mailto:denezgeo13@gmail.com)

**Francisco Lima Mota**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9602-3543>  
UNICENTRO/PR, Brasil.

E-mail: [franciscocesieuma@gmail.com](mailto:franciscocesieuma@gmail.com)

## **Resumo**

A educação escolar está presente em todos os segmentos da sociedade e é considerada importante para todos. O presente texto tem como objetivo norteador, discutir a educação institucional e a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) enquanto territorialidade e produtora do território do Projeto de Assentamento Oito de Abril de Jardim Alegre. Como proposta metodológica optou pela realização de entrevistas com dirigentes do Projeto de Assentamento, com professores do Colégio Rural Estadual José Martí e com a Secretária Municipal de Educação do município de Jardim Alegre, no estado do Paraná, sul do Brasil. Como resultado é notório que o Projeto de Assentamento se produz através da articulação de sua organização política nos diferentes processos que ocorrem no seu interior, como produto das territorialidades e, estes frutos do processo de confrontação e correlação de interesses entre O Estado x MST.

**Palavras-chave:** Escola; Professores; Educação; MST.

## **Abstract**

School education is present in all segments of society and is considered important for everyone. For settlers it is essential that their children have access to this training and that it is used as a form of emancipation in the face of social inequalities. This text aims to discuss institutional education and the formation of the Landless Rural Workers Movement (MST) as a territoriality and producer of the territory of the Settlement Project Oito de Abril de Jardim Alegre. For the development of the discussion around the formation and institutional education of the settlement, interviews were conducted with settlement leaders and teachers at the Colégio Rural Estadual José Martí and with the Municipal Secretary of Education of the municipality of Jardim Alegre, in the state of Paraná, south of Brazil..

**Keywords:** School; Teachers; Education; MST.

## **Resumen**

La educación escolar está presente en todos los segmentos de la sociedad y se considera importante para todos. Para los colonos, es esencial que sus hijos tengan acceso a esta capacitación y que se use como una forma de emancipación frente a las desigualdades sociales. Este texto tiene como objetivo discutir la educación institucional y la formación del Movimiento de Trabajadores Rurales sin Tierra (MST) como territorialidad y productor del territorio del Proyecto de Asentamiento Oito de Abril de Jardim Alegre. Para el desarrollo de la discusión en torno a la formación y educación institucional del asentamiento, se realizaron entrevistas con líderes y maestros del asentamiento en el Colegio Rural Estadual José Martí y con el Secretario Municipal de Educación del municipio de Jardim Alegre, en el estado de Paraná, sur de Brasil..

**Palabras clave:** escuela; Maestros; Educación; MST.

## **1. Introdução**

Partimos da ideia de que os assentamentos (rurais e urbanos) são espaços apropriados por grupos humanos que utilizam de seus recursos para sobrevivência e, assim, identificam-se com ele pela sua permanência e ao que vai sendo agregado em seu território. Nesse mesmo entendimento, Assim, constroem-se territorialidades que se estabelecem por características culturais, políticas e sociais no cotidiano do assentamento. Isto ocorre porque o ser humano vai além da mera subsistência, produzindo memória individual e coletiva ao mesmo tempo em

que tem necessidades sociais, faz política, constrói cultura e identidade reconhecidas nas suas atividades realizadas no espaço e no tempo.

Saquet (2010) afirma que territorialidade advém do conceito de território e, apresenta-se como um “acontecer” diário de várias relações sobre o território. Neste processo, agrega-se a ele uma identidade, o que o caracteriza de acordo com os acontecimentos, ou seja, com tudo aquilo que tem vida no interior do território.

No Assentamento 08 de abril há microterritorialidades que fundam a diferença através de uma identidade coletiva que se projeta sobre o espaço. Sob a matriz ideológica do MST, os assentados compartilham de necessidades e objetivos comuns. Antes da ocupação, estas pessoas se identificaram com o movimento pela exclusão do acesso à terra. Compartilhavam, assim, de uma trajetória de vida ligada ao campo, em sua maioria, ou por serem pequenos agricultores, filhos de pequenos agricultores, trabalhadores temporários e etc (Denez, 2011, p. 22).

Uma educação pública, gratuita e de qualidade é o que uma correlação de forças tem tentado constituir no Projeto de Assentamento (PA) 08 de Abril. São atores deste processo os assentados, os alunos e pais de alunos. O Estado é representado pelo poder público municipal que mantém a Escola Municipal José Clarismundo Filho<sup>1</sup> e pelo governo do Estado do Paraná que mantém a Colégio Rural Estadual José Martí<sup>2</sup>. Esta estrutura ainda é representada pelos professores e funcionários que estão presentes nas escolas, cuja maioria vem de fora do assentamento.

Assim, para o próprio MST:

A democratização do conhecimento é considerada tão importante quanto a Reforma Agrária no processo de consolidação da democracia. Além dos acampamentos à beira de estradas, das ocupações de terra e de marchas para pressionar pela desconcentração da terra, o MST luta desde 1984 pelo acesso à educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis para as crianças, jovens e adultos de acampamentos e assentamentos (MST, 2017).

---

<sup>1</sup> Nome em referência ao primeiro prefeito de Jardim Alegre, José Clarismundo Filho. Escola já existente na fazenda antes do assentamento.

<sup>2</sup> Pensador/filosofo e político símbolo da resistência e independência cubana. O nome da escola estadual foi escolhido pelos dirigentes do assentamento. Por meio da escola é possível notar o contraste entre o Estado e os dirigentes do assentamento.

Além dos assentados e do poder público, destaca-se a ação do MST na gestão das escolas do assentamento, representada pelos dirigentes e pelo setor de educação do assentamento, presentes nas decisões das escolas e também no processo de ensino aprendizagem.

Desde as primeiras ocupações nos acampamentos surgiu a preocupação com a escola para as crianças e para a alfabetização dos jovens e adultos. Começaram formando comissões que reuniam pais e professores para reivindicar e organizar as escolas nos acampamentos e assentamentos (Fernandes, 1999, p. 165).

No MST a preocupação em relação às escolas está desde o início das ocupações quando aglomeravam as famílias em acampamentos, surgindo, assim, a necessidade de escolas. Em seguida essas escolas passaram a existir também nos assentamentos, organizando-se em torno das necessidades do MST. Isso ocorre pela organização do MST e, neste contexto, a partir do setor de educação que está presente em acampamentos e assentamentos. O MST não tem escolas, mas exerce influência sob as escolas que estão inseridas no interior de acampamentos e assentamentos:

Dessa forma, os representantes do MST ligados à educação<sup>3</sup> são veementes ao afirmar que não há “escolas do MST”, mas sim escolas públicas situadas no interior dos acampamentos e assentamentos do movimento, dotados de inserção na realidade escolar, o que exige um trabalho pedagógico vinculado à experiência de vida e luta dessa comunidade, o que pressupõe a consonância com os princípios da *Pedagogia do MST* (Martins, 2004, p.75).

Assim ocorre no Assentamento 08 de Abril a organização sociopolítica que influencia as escolas públicas de seu interior. A Secretária Municipal de Educação comenta sobre a organização do assentamento na educação, dizendo que “*eles são muito politizados. Há um grupo de trabalhadores que são responsáveis pela educação*” (PAVAN, 2015).

No período do acampamento, quando os sem-terra estavam no retiro do Xaxim, as crianças frequentavam a escola de Godoy Moreira. Esse processo, segundo os assentados, aconteceu de maneira conturbada pelos conflitos e pelas condições precárias de um acampamento. Quando foi tomada a sede da fazenda começou a ser utilizado um galpão de maquinários como escola, que é utilizado até hoje (figura 28).

---

<sup>3</sup> Embora seja um ponto pacífico entre as lideranças do MST no setor educação, vale ressaltar que a afirmação efetuada diz respeito a contatos estabelecidos pelo o autor da pesquisa com a coordenadora do setor educação do MST no estado do Paraná, de forma indireta e não sistematizada. (MARTINS, 2006, p. 75). \*nota de rodapé.

Para o MST, a educação de seus membros é essencial para conhecer o contexto que os sem-terra estão inseridos. Assim, em muitos acampamentos há escolas itinerantes ou como aconteceu no Projeto de Assentamento (PA) 08 de Abril. Para Martins (2004), no MST a educação dos seus membros é fundamental para respaldar a luta pela terra e por uma sociedade mais justa. E a educação não está apenas na sua forma institucional:

O MST em primeira instância deixa bem claro que a educação não se resume às atividades desenvolvidas na escola. Bem pelo contrário, um dos elementos constituidores da essência do indivíduo participante, “o ser Sem Terra”<sup>4</sup>, se dá pela educação efetuada no cotidiano da luta pela reforma agrária (Martins, 2004, p. 57).

Para o MST, a educação está presente deste o processo de recrutamento das famílias na formação de base, para que se compreenda que a luta não está apenas na conquista da terra como em Caldart&Schwaab:

Quando a organização do MST cria em sua estrutura um Setor de Educação, deixa para trás a concepção ingênua de que a luta pela terra é apenas pela conquista de um pedaço de chão para produzir. Fica claro que está em jogo a questão mais ampla da cidadania do trabalhador rural sem-terra, que entre tantas coisas inclui também o direito à educação e à escola (Caldart E Schwaab, 1991, p. 86).

Com o tempo, o MST foi se estruturando e ganhando forma, até constituir suas atuais características, porém, ele não está pronto e acabado, está em processo, de acordo com as necessidades de sua manutenção e expansão. Em Fernandes (1999), o MST se constituiu a partir da práxis no dia-a-dia, levando a forma de organização e estrutura político - social que se construiu ao longo do tempo e, com a Educação do campo essa necessidade torna-se visível. Para Hoffman (2002), o MST atualmente se caracteriza como uma organização de movimento social (OMS), pela sua duração de mais de duas décadas e também pela amplitude que tem ganhado no decorrer deste tempo.

### **3. Análise e Discussão dos dados**

Para que esse direito fosse cumprido deste o período de acampamento, os assentados do P.A “08 de Abril” tem lutado por uma escola pública e de qualidade que atenda seus filhos. Segundo a COTRARA (2006), desde 1997, funciona dentro da área do assentamento a Escola

---

<sup>4</sup>Caldart traz o termo Sem Terra em letras maiúsculas e sem hífen, para se referir ao sujeito social constituído na luta pela reforma agrária, o componente da identidade coletiva mencionada na citação. CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

Rural Municipal José Clarismundo Filho, conquistada pelas famílias acampadas, por meio de várias discussões com a Prefeitura Municipal de Jardim Alegre. A Escola José Clarismundo Filho, conforme Martins (2004), era chamada pelos assentados de Escola Iraci Salete Strozake (professora do MST *in memoriam*), ficou denominada de José Clarismundo pela situação burocrática, pois a escola já existia legalmente na propriedade de Flávio Pinho de Almeida, atendendo os filhos de seus funcionários. O Colégio Rural Estadual José Marti foi criada através das reivindicações dos assentados com o apoio da prefeitura de Jardim Alegre, junto ao governo do Estado. A escola conta com 358 alunos no ensino fundamental e 180 no ensino médio, sendo inclusive, 11 turmas de Educação de Jovens e Adultos, e 29 educadores.

No início do funcionamento da escola estadual as famílias ainda estavam acampadas próximas à sede da fazenda e havia por parte dos assentados muito receio em torno de pessoas de fora do movimento. Por uma questão de segurança, os assentados controlavam a entrada e saída das pessoas, por medo de alguma estratégia que pudesse colocar em risco a integridade dos assentados. A professora S. L. (2015) destacou sobre seu primeiro contato com o assentamento:

Quando eu cheguei lá foi um impacto muito grande porque eu encontrei a escola funcionando no improviso. Quando começou com o ensino fundamental e médio eles tinham uma visão diferente, nem queriam a gente lá, pois quando a gente chegava eles não queriam nem deixar entrar. A verdade deles era a verdade (S. L., 2015).

Segundo a professora S. L. (2015), a *“coordenação naquela época ficava ali, meio que fiscalizando e quando menos se esperava tinha um pai na janela, um pai na porta”*... Esta situação, como mencionada pelos assentados, era um receio do que poderia vir de fora e pudesse prejudicar o processo de luta pela terra em que eles estavam inseridos. Até mesmo por posições ideológicas contrárias ao MST e aos sem-terra que pudessem ser transmitidas aos filhos dos assentados. A professora S. L. (2015) ressaltou que: *“atualmente eles não ficam mais lá cuidando, auxiliam a gente bastante com os alunos faltosos e outras coisas. A gente leva os problemas até eles e eles ajudam a resolver”*.

A escola do assentamento oferece ensino fundamental e médio, funcionando em três períodos, em uma antiga garagem da fazenda adaptada para as aulas (figura 01).

**Figura 01:** Escola Municipal José Clarismundo Filho e Colégio Rural Estadual José Marti.



Fonte: DENEZ, (2015).

Para a professora S. L. (2015): *“O grande problema é o espaço físico, não é uma escola bonita, mas o que as outras escolas têm, ela tem também”*. A comunidade é participativa segundo os professores da rede estadual. O diretor do setor de educação participa das decisões da escola e as famílias e a organização acompanham o processo de aprendizagem.

Ao entrevistar alguns professores foram constatadas duas linhas de docentes: os que se identificam com o movimento e a organização social do assentamento, e outros que não se identificam. A professora S.Y (2015) diz não se identificar com a escola do assentamento: *“na realidade eu não sou muito fã do assentamento não”* e que a escola deve funcionar sem a interferência da coordenação. Já a professora Gaffo (2015) defende uma maior abertura da escola à comunidade e à participação da coordenação nas decisões. Ela diz se identificar com o movimento e destaca que *“realmente nessa escola só ficam os professores que se identificam, os mais elitizados, os “urbanoides” acabam saindo”*. Para a professora Gaffo (2015) os professores não se identificam com o assentamento por não haver uma orientação

ou uma compreensão sobre a luta pela terra e a proposta do MST em relação à educação.

A professora S. L. (2015) destacou que não concorda com os métodos do MST, porém, avalia a presença do assentamento como positiva para Jardim Alegre e região. A professora S. F.<sup>5</sup> (2011) destaca que, “*para mim é muito bom porque se não fosse a presença deles eu não estaria trabalhando. Lá nas escolas trabalham mais de cinquenta funcionários*”. A professora S. F. (2015) conheceu um pouco do MST na Universidade e não tem preconceito em relação ao movimento, pela sua formação universitária que propiciou isto e avalia como positiva a presença do assentamento em Jardim Alegre.

Entre as quatro professoras entrevistadas, a partir da forma de se expressar e pelos relatos do dia-a-dia de trabalho de cada uma no assentamento há quatro visões diferentes sobre a escola do assentamento. Duas professoras fizeram um discurso mais alinhado com o assentamento, uma de forma intensa e outra de forma branda. As outras duas demonstraram não concordar com a ideologia do MST e com a atuação de setores e dirigentes na escola do assentamento e da mesma forma, uma foi mais conservadora, contrária aos métodos e atuação dos dirigentes do assentamento e a outra adotou um discurso contrário, porém, de forma mais atenuada.

Nesse aspecto, há uma multiplicidade de pensamentos dos professores em relação à escola, juntamente com a participação direta dos assentados nas decisões e até mesmo na administração da escola, o que acarreta em seu processo de democratização. Assim, a organização escolar do 08 de Abril é um exemplo da práxis da gestão democrática. Muito se tem discutido em relação à gestão democrática da escola na qual organismos internacionais têm elaborado uma teorização que sustenta os objetivos do capital com aparência de gestão democrática. *Agências mediadoras no processo de reprodução do capital, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) agem como “intelectuais orgânicos” do capital, provendo ações e estratégias eficazes para a consecução de seus objetivos* (MARTINS, 2004, p. 30). Esses organismos se utilizam de sua estrutura e um discurso de valorização e democratização da escola pública para sustentar seus interesses, como em Martins:

São várias as roupagens utilizadas pela gestão escolar, no entanto, todas elas se propõem, não em subsidiar o ato educativo de humanização, mas o princípio capitalista de manutenção do sistema vigente, de acordo com as necessidades de reprodução do capital. (Martins, 2004, p. 28).

---

<sup>5</sup> Entrevista concedida a Cleiton Costa Denez, em 11 de Janeiro de 2015, em Jardim Alegre.

O discurso engajado destes organismos em torno da gestão democrática da escola tem sido mascarado. Segundo Martins (2004) esse processo tem levado a submissão da gestão da escola à lógica empresarial. No Assentamento 08 de Abril o processo de democratização ocorre por orientação das diretrizes do MST, pois os assentados participam ativamente das discussões e da gestão da escola. Mesmo a escola sendo um aparelho ideológico do estado, no assentamento, também há expressão dos assentados e do MST, se apresentando como uma territorialidade.

A democracia, e também a gestão democrática da escola, constitui-se num processo, em que elementos como a participação, autonomia, coletividade estão presentes em uma atividade, que tem por finalidade sintetizar a expressão dos membros integrantes desta ação (Martins, 2004, p. 38).

Por meio das entrevistas realizadas com os professores foi possível observar dois grupos na escola estadual do assentamento: um grupo alinhado com os ideais de organização do MST e que defende a participação dos assentados e da coordenação na gestão e outro grupo que é contrário a esta posição, acreditando que a escola caminhará melhor sem a participação ou interferência da coordenação.

Existe um grupo de professores que se identificam muito com o assentamento e que acha tudo coerente ao extremo, mas existe outra ala que acha que às vezes a coordenação se intromete muito e acha que algumas medidas da escola devem ser algo apenas do professor. Existe essa parcela que ainda não é favorável e é um grupo de pessoas que não se identificam com o movimento, são urbanoides (GAFFO, 2015).

A professora Gaffo (2015) é favorável à participação da coordenação nas decisões da escola. Ela se vê como parte do assentamento por se reconhecer com a postura de grupos de esquerda e movimentos sociais. Ela conta que nasceu e se criou no sítio e sempre com muita dificuldade, destacando sua identificação com o espaço rural. *“Fiz curso de história e tive a oportunidade de conhecer tantas irregularidades que ocorreram no estado do Paraná e essas questões me instigaram a compreender os movimentos sociais”*.

Há discursos mais pragmáticos, como da professora S.Y (2015) que afirma serem poucos os que se reconhecem no assentamento e que a maioria só leciona no local pela necessidade, devido às condições de acesso e das instalações da escola: *“eu acho as condições muito precárias”*. A professora diz não concordar com o assentamento, porém, lá é seu local de trabalho:

Tem professor que vai te responder com falsidade e dizer que idolatra aquilo lá, mas é

mentira, ninguém idolatra. Tá certo?! Lá é meu ganha pão. Se não fosse lá, eu não sei onde eu estaria e é claro que gerou muito emprego para muita gente, mas ... (S. Y., 2015)

É ressaltado que a escola do assentamento trouxe benefícios a vários professores da cidade por aumentar a demanda de alunos e números de vagas. Sem o assentamento muitos teriam que procurar trabalho em outras cidades. *“Tem professores que assumiram a causa do assentamento e se pudessem até moravam lá. São aqueles defensores mesmo, mas é uma minoria. Já os outros vão porque precisam até aparecer uma oportunidade para vir pra cá (cidade)”* (S. L., 2015).

Sobre a aplicação dos conteúdos em sala de aula, é ressaltado que a escola não é diferente em relação às demais, porém, há um controle maior em relação à disciplina dos alunos. A professora Gaffo (2015) destaca que: *“quando tem caso de indisciplina tem certo controle. E assim, se os pais não estão dando conta, tem a coordenação que está lá para ajudar a escola”*. Todos os professores ressaltam a disciplina e o respeito pelos professores como o maior diferencial da escola. Este diferencial só é possível, segundo os professores por *“existir um controle mais rigoroso devido a participação da comunidade e existe esse consenso, a comunidade sempre está presente”*. Nesse aspecto, a autonomia da escola, para Martins (2004), reflete pela liberdade teórica, metodológica, de gestão administrativa e financeira. Dessa forma se constrói a gestão democrática da escola pública.

Uma vez que esta tenha a participação efetiva dos interessados em seu desenvolvimento, tendo como horizontes a formação humana e atualização sócio-cultural dos indivíduos, planejada e construída coletivamente, terá início a materialização da escola gerida sob suas especificidades (Martins, 2004, p. 33).

Há esforços por parte da organização do PA 08 de Abril para se construir uma escola de forma coletiva a partir da participação da comunidade, juntamente com os professores e funcionários da escola. Neste sentido, ao mesmo tempo em que uma parte do corpo docente se sente acuada, pela presença da coordenação, sente-se amparada em algumas medidas também. Essas medidas se manifestam, principalmente, com a atuação da coordenação para o controle da indisciplina e da evasão escolar. Segundo relato dos professores pode ser verificado poucos problemas devido à atuação da coordenação do assentamento. *“Quando esses alunos estão dando problema é chamada a coordenação do assentamento; primeiro chama os pais, não resolve, chama a coordenação”* (S. L., 2015). *“Não existe aluno*

*indisciplinado, é muito raro, surge aluno com dificuldades, e eles mandam para a sala de recursos” (S.Y, 2015). “A coordenação trabalha junto com a escola, tanto que eles ajudam muito na questão da disciplina. Quando tem um aluno meio rebelde eles ajudam a resolver o caso” (S. F, 2015).*

*“No que diz respeito ao interior da prática pedagógica pode ser apontada, tanto na pesquisa bibliográfica quanto na prática das escolas, pouca compreensão da proposta do MST para a educação, por parte dos professores” (MARTINS, 2004, p.102).* Parte dos professores não compreende o diferencial que há em escolas de assentamento e tampouco o processo de gestão democrática que se sustenta na autogestão da escola, a partir da comunidade escolar que não está apenas nos professores e funcionários.

Não se pode generalizar essa tendência, mas pode se afirmar que há uma propensão a práticas tradicionais de ensino, principalmente nos professores que atuam nas escolas no interior do MST e não estão inseridos nas comunidades, ou ainda, acumulam trabalhos em escolas situadas nos assentamentos e acampamentos e nas escolas urbanas. (Martins, 2004, p. 102).

A Secretária Municipal de Educação comentou que os assentados estão sempre presentes na escola e a comunidade escolar é muito participativa. Ela avalia esta participação pela organização do MST, que moldou a formação política de participação coletiva. *“Eles vão para a escola, acompanham o que está acontecendo, dão sustentação e agem. Os pais estão sempre por ali. Eles aprenderam a viver no coletivo” (PAVAN, 2015).* Nesse sentido, a escola democrática deve estar aberta à comunidade para que participe da gestão-escolar, como em Martins:

O primeiro passo para a democratização da gestão escolar é o acesso da população atendida pela escola, aqui entendida como pais, alunos, professores e comunidade na administração desta. O MST sintetiza essa necessidade de forma bem clara, ao afirmar a necessidade de que a comunidade “ocupe” a escola; resgatando o verdadeiro sentido de público. Isto implica na participação da administração da escola e acesso total da população (Martins, 2004, p. 38).

No assentamento sempre há reuniões da coordenação e dos núcleos de base e assim, na escola, também há reuniões da direção com pais de alunos. *“Os pais se reúnem sempre com a direção, ajudam bastante, propõem projetos, ajudam a organizar as atividades (S. L., 2015).* A professora S. Y. também falou sobre as reuniões, salientando que *“existe ali sempre uma reunião, que chamam de controle interno, com os pais de alunos para levantar os pontos*

*negativos e positivos”* (S. Y., 2015). Esse processo de participação que ocorre nas escolas do 08 de Abril contribui para a formação institucional para uma escola pública e de qualidade e também para a formação social dos alunos. *“Enquanto movimento social, o caráter educativo desse movimento cumpre dupla função educativa, a institucional, enquanto agência escolar e a não-formal, enquanto agência educativa política e social”* (MARTINS, 2004, p.45).

Destaca-se, também a preparação dos jovens para que não deixem o campo a partir da valorização do assentamento, porém, a maior parte, segundo alguns professores, quer deixar o assentamento em busca de uma nova perspectiva de vida na cidade.

A coordenação força medidas para que os jovens fiquem no campo, mas eles, na verdade, querem mesmo é ir embora tentar outra vida. Acham o assentamento um fim de mundo e nisso existe uma contradição. Alguns acabam saindo porque têm mais condição, outros veem que não dá pra sair e acabam ficando por ali mesmo, e acabam se casando. Tem meninas muito novas que se casam, meninas de 15 anos, que até já tem filhos (S. F., 2015).

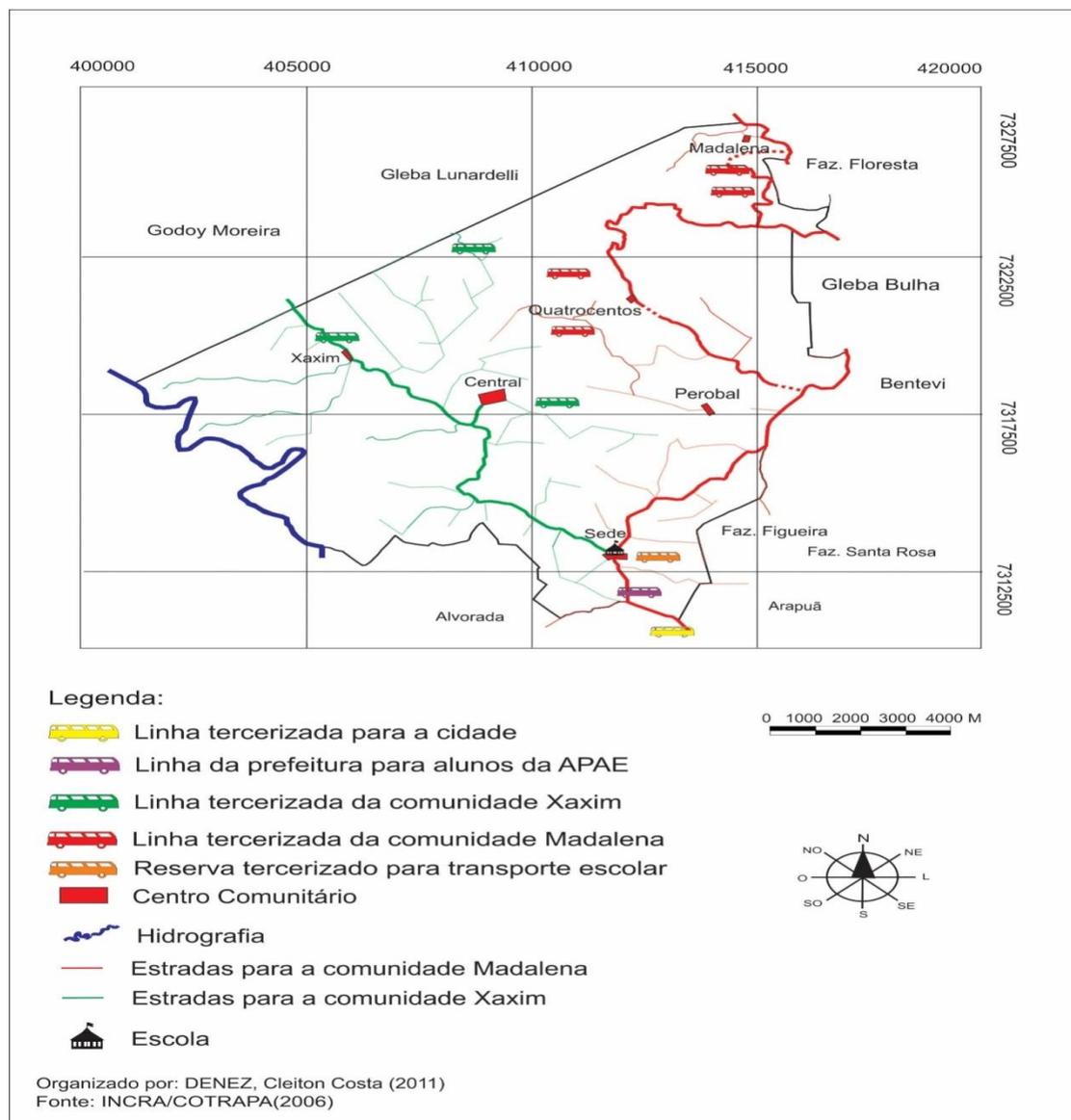
Para a professora S. L. (2015) os assentados temem que os filhos deixem o campo em direção à cidade em busca de um sonho, pois a realidade da cidade grande pode ser uma decepção para eles. *“Eles tinham certo medo do que a gente poderia estar passando para os alunos. Eles têm uma ideologia e querem que os filhos fiquem ali. O medo é esse, é a gente trabalhar contra o que eles pregam”*.

A professora ainda destaca que *“eles querem sair, por exemplo, eles dizem: ‘capaz que a gente quer ficar nesse fim de mundo’. Eles não querem ficar. Eles querem ir embora”*. Para a professora S. L. (2015) *“uma parte tem ido embora para trabalhar na cidade, outros vão para estudar e quando terminam o ensino médio eles querem a chance deles”*. A professora ainda destacou que uma parte dos jovens fica no assentamento, casando muito cedo. As dificuldades presentes para estes jovens e para as crianças, mesmo havendo escola no assentamento, ainda são presentes.

Para que ocorra o processo de ensino-aprendizagem no assentamento, a partir de uma forma institucional, é necessário o transporte escolar, o qual passou a funcionar de forma interna desde 2005. Com a distribuição dos lotes muitas famílias ficaram afastadas da sede, onde ficam as escolas do assentamento e os demais serviços públicos também. A Secretária Municipal de Educação nos informou que o transporte escolar funciona através de uma empresa terceirizada. O município não contava com uma frota suficiente para atender o assentamento: *“Lá tem oito linhas e tem um ônibus que traz as crianças da APAE, além do*

*transporte dos professores” (PAVAN, 2015). Existe uma frota de nove ônibus de uma empresa terceirizada para realizar o transporte escolar. São oito ônibus divididos em duas linhas principais: a da comunidade do Xaxim e da comunidade Madalena. Um dos ônibus é para reserva, caso aconteça alguma eventualidade. Existe uma organização complexa para que aconteça o transporte escolar de forma regular e mesmo assim alguns enfrentam grande dificuldade para conseguir chegar à escola, conforme a fala da Secretária: “*nós temos linhas de ônibus com mais de 16 km, por isso é tão caro. Ainda tem aluno que anda 5 km, para chegar até onde pega o ônibus* (PAVAN, 2015). O relato sobre alunos que andam cinco quilômetros para chegar até o ponto do ônibus demonstra o quanto é difícil a vida de muitos assentados, principalmente aqueles que ficaram mais distantes da sede, e a estrutura ainda é precária (figura 2).*

**Figura 2:** Transporte escolar no Assentamento 08 de Abril



**Fonte:** INCRA/COTRAPA (2006)

Essa situação já se mostra na própria escola que funciona em um local improvisado e com uma estrutura, mesmo que melhorada, ainda muito precária. É assim a situação da maior parte do assentamento em estrutura física, que mesmo recebendo recursos do INCRA para a melhoria de estradas, recursos para a construção de casas, instalações elétricas, ainda há muito a ser feito.

Todo esse espaço era uma fazenda tomada pelo vazio, mas quando chegou a mobilidade com a presença dos assentados a dinâmica foi alterada por completo. As escolas do assentamento têm toda uma dinâmica diferente das demais escolas do município. Este diferencial é devido à educação do campo que tem ganhado amplitude nos movimentos sociais e órgãos públicos. As escolas do assentamento funcionam afastadas da cidade e apresentam uma quantidade de professores, funcionários e alunos tão grande como as que estão na cidade de Jardim Alegre. Estas escolas são até maiores que muitas escolas das cidades vizinhas. Segundo a Secretária Municipal de Educação, na escola municipal José Clarismundo Filho, há vinte e oito professores, sendo seis do próprio assentamento. No total, Jardim Alegre tem oitenta professores.

Quando questionado sobre a aprendizagem, os professores destacam que os alunos têm as mesmas dificuldades que nas outras escolas. *“Tem alguns que têm interesse, que se destacam, mas a maioria e principalmente os menores têm mais dificuldades”* (S. L., 2015). Os professores das áreas humanas: história, geografia, sociologia e filosofia destacam que os alunos têm uma formação política muito forte. Já alguns dos professores das disciplinas de exatas, destacam que, principalmente no ensino fundamental, nos anos iniciais, esta formação política *“é uma visão restrita de educação, o conteúdo básico no primário é escrever, ler e fazer as quatro operações, mas acabam trabalhando só com projetos, como: o sem-terrinha, hino do sem-terra, Che Chevara...”* (S. Y., 2015).

Através do estudo elaborado pela COTRARA (2006) foram levantados quais os objetivos e princípios para a educação do assentamento:

- Desenvolver a visão crítica da realidade;
- Desenvolver a criatividade e curiosidade dos educandos;
- Desenvolver o gosto pelo conhecimento e também pelo trabalho;

Desenvolver a leitura, escrita e apreender a realidade em que vive no contexto local e social;

Compreensão dos conhecimentos pela prática;

Despertar os valores em respeito à natureza e ao outro, a esperança, solidariedade, igualdade social, companheirismo;

Conscientizar sobre a importância da luta do MST (pela terra, na terra);

Respeitar as diferenças e a diversidade, resgatando e reconstruindo a cultura camponesa. (COTRARA, 2006, p.100)

Alguns pontos destacados pelo estudo da COTRARA (2006) demonstram que são princípios do MST: o gosto pelo conhecimento e trabalho. Neste sentido, a educação deveria formar a partir do conhecimento historicamente construído e ainda privilegiar a formação para o trabalho, porém, não o trabalho alienado e sim os assentados como sujeitos do seu trabalho voltado à realidade dos assentados, para a agricultura e para a produção pautada na agroecologia, como mencionado por alguns assentados.

Ainda são destacados os valores a serem formados pelo processo de ensino, como respeito à natureza e ao outro, a esperança, solidariedade, igualdade social e companheirismo. Estes valores se destacam em contraponto aos valores da sociedade burguesa: liberdade, igualdade e fraternidade.

A liberdade burguesa se fundamenta no individualismo e, contrapondo-se, o destaque é o respeito ao outro, a esperança e a solidariedade. Para a igualdade e a fraternidade, que no modelo burguês está restrito a igualdade jurídica, onde todos são iguais perante a lei, ressaltou-se a igualdade social e o companheirismo, nos quais o objetivo é a busca de uma sociedade mais igualitária para o desenvolvimento a partir da educação.

Outro ponto levantado pela COTRARA (2006) é a conscientização da importância da luta do MST (pela terra), nas escolas do assentamento. Nesse sentido surgem conflitos, pois muitos professores que trabalham no assentamento não têm uma formação para compreensão do MST e muitos são contra as ações do movimento. Então, como possibilitar um entendimento da luta a partir da escola, já que são divergentes as opiniões dos professores sobre a organização do MST?

É necessário considerar que a escola é uma das estruturas do Estado e representa a ideologia majoritária da sociedade na formação de seus alunos, que vai de encontro à formação para o mercado de trabalho. Este aparelho ideológico, que se utiliza de uma doutrinação para formar a partir da necessidade da sociedade e também é o utilizado pelo

MST no assentamento. Isso ocorre quando utiliza sua base organizativa para formar uma doutrinação baseada nos preceitos da luta pela terra e dos movimentos sociais.

Na figura 3 destacam-se os elementos simbólicos do MST que se fazem presentes nas Escolas do Projeto de Assentamento “08 de Abril”. A doutrinação do Estado que acontece na escola entra em choque com a doutrinação do MST que já é feita fora das escolas com o chamado “trabalho de base”.

**Figura 3:** Representação Simbólica do MST presente nas Escolas



Fonte: DENEZ (2015).

A formação de base do MST juntamente com temas históricos de uma cultura de resistência ao sistema capitalista, ressaltando os ícones dessas lutas, faz parte de uma doutrinação que tenta se inserir no processo de ensino nas escolas do assentamento. E, nesse sentido, surgem os desencontros, com professores que se identificam com essa cultura, aqueles que desconhecem e outros que são contrários.

A educação dos assentados está voltada a compreensão da sociedade. Em Martins (2004), a educação deve ser para a preparação de uma geração capaz de lutar pela superação dessa sociedade perversa em que vivemos. Assim, o objetivo da educação não é atender aos ditames do mercado de trabalho, mas fomentar à compreensão do trabalho de forma que não seja trabalho alienado.

O entendimento da organização social e seus desencontros, como a concentração histórica da terra, que é um dos temas do MST, e até os temas contemporâneos como a agroecologia, os transgênicos, o agronegócio, fazem parte do processo de formação escolar.

Martins (2004) afirma que a educação de acampamentos e assentamentos tem o objetivo de desnudar o processo de submissão da gestão escolar ao capital – que se agrava na fase atual do movimento capitalista. E, assim, a educação do Assentamento 08 de Abril tem

seu princípio no trabalho. Martins (2004) sustenta que o MST tem como base consolidar uma educação voltada ao trabalho enquanto princípio educativo, com uma proposta além da submissão ao mercado.

Nesse aspecto, é ressaltado também o respeito à diversidade e à diferença. Esse ponto é mencionado principalmente pelo MST se constituir de forma diferente na organização social do capitalismo. O MST é encarado com muito preconceito em relação a diferentes segmentos da sociedade, o que foi constatado nas entrevistas e, principalmente, quando eles chegaram a Jardim Alegre. É de fundamental importância formar pessoas simpatizantes em relação aos movimentos sociais, sendo a formação social uma das diretrizes do processo de ensino-aprendizagem que ocorre no assentamento.

Segundo a COTRARA (2006), foram destacadas, no levantamento realizado sobre a educação, as necessidades do assentamento no aspecto físico, sugerindo a implantação de infraestrutura escolar, contendo:

1 (uma) escola que contemple de pré-escola ao ensino médio, a ser construída na comunidade Central. Para que atenda a demanda, essa escola deve conter: 30 (trinta) salas de 80 m<sup>2</sup> cada para abrigar salas de aula, biblioteca, administração, cozinha, refeitório e 1 (um) ginásio poliesportivo e 1(um) parque infantil. Duas a três pequenas escolas (definido, a partir da distribuição das famílias em seus lotes), que contemplem pré-escola e ensino fundamental, a ser construídas em pequenas comunidades, que houver demanda e localizar-se distante da comunidade Central. Para atender a demanda, cada pequena escola deve conter 14 (quatorze) salas de 80 m<sup>2</sup> cada, para abrigar salas de aula, biblioteca e secretaria, cozinha, refeitório e um parque infantil (COTRARA, 2006, p.101).

Devido à quantidade de alunos e pela necessidade de atendimento de recursos básicos, os assentados esperam pela construção de um espaço que possa suprir a demanda que o assentamento exige para o setor de educação. O objetivo é levar a educação para todos os assentados, mesmo àqueles fora da idade escolar, chegando a extinguir o analfabetismo no interior do assentamento. Como em Martins (2004), pode-se dizer que os assentados do 08 de Abril tem feito a “*ocupação*” da escola.

Ocupar a escola significa exercer a autonomia/autogestão da mesma. Implica efetivar mesmo que a contragosto dos representantes do poder público, práticas escolares condizentes com as especificidades da realidade comunitária, de acordo com as vontades desta, e não de outrem (Martins, 2004, p. 77/78).

Para Martins (2004), a ocupação da escola se faz com a autogestão promovida pela comunidade escolar. Nesse caso, os assentados, que são os pais dos alunos. É importante lembrar que a autogestão tem o princípio de promoção do ser humano e gestão democrática e que não se constitui como uma finalidade, mas, como um processo permanente.

Dessa forma, um processo de democratização das relações escolares conduz, necessariamente, à perspectiva de democratização da sociedade como um todo, ou seja, uma ruptura com a ditadura do capital e de todas as relações que coloquem em segundo plano a condição de estar coletivo e social (Martins, 2004, p. 111).

Ao “*ocupar*” a escola, esta recebe os princípios que se construíram a partir da formação de base que os assentados receberam através do MST, pela convivência nos acampamentos e no próprio assentamento. Estes princípios norteadores do MST no 08 de Abril contribuíram para as suas territorialidades, assim como o acontecer da escola é influenciado e influencia a construção da territorialidade do assentamento. O território escolar é mediador das diferentes relações que produzem as territorialidades.

No caso escolar, um projeto que abranja todos os segmentos escolares que dê voz e vez à comunidade, que insira os discentes enquanto sujeitos e não objetos de uma prática educativa. E, sobretudo, que mantenha a função maior de escola: cumprir seu papel de atualizador e construtor do saber historicamente acumulado (Martins, 2004, p. 112).

Para Martins (2004), os discentes devem ser vistos como sujeitos e, assim, a comunidade escolar buscou esforços para que a comunidade faça efetivamente parte da escola. Em relação a outras escolas, a partir do depoimento de professores e autoridades das instituições escolares, as escolas do assentamento estão à frente de outras escolas no que se refere à participação da comunidade. Assim, as escolas do assentamento podem ser caracterizadas como escolas que possuem uma construção de autogestão que envolve a comunidade escolar. Estas características são territorialidades no Projeto de Assentamento 08 de Abril que se fazem a partir dos assentados, das diretrizes do MST e do poder público.

#### **4. Considerações Finais**

No decorrer da produção textual, fomos guiados por inúmeros questionamentos do tipo: o que são as territorialidades do assentamento 08 de Abril e/ou como são produzidas ou ainda quem produz estas territorialidades.

Por fim, esse trabalho justifica e alerta para a necessidade de compreender como o assentamento funciona, por meio da articulação de sua organização política, nos diferentes processos relacionais que ocorrem no seu interior, como produtor das territorialidades que são os frutos deste processo de confrontação e correlação de interesses do Mercado x Estado x MST = Assentamento.

## Referências

Caldart, Roseli Salete e Schwaab, Bernadete (1991).A educação das crianças nos acampamentos e assentamentos. In GÖRGEN, Frei Sérgio e STÉDILE, João E, João Pedro. **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis: Vozes.

COTRARA. PDA: **Plano de Desenvolvimento de Assentamento do Oito de Abril. Santa Maria do Oeste – PR. 2006.**

Martins, Fernando José. (2004).**Gestão Democrática e ocupação da escola: o MST e a educação**. Porto Alegre: EST.

MST. **A educação do MST**. Disponível em: << <http://www.mst.org.br/node/8302>>> acessado em 31/01/2017.

Hoffman, Leandro Sidnei Nunes. (2002).**Da Cruz a Bandeira: a construção do imaginário do Movimento Sem Terra/RS, 1985-1991**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da UFRG. Porto Alegre - RS.

Fernandes, Bernardo Mançano. (2007). Formação e territorialização do MST no Brasil: 1975-2005. In: **Abordagens teóricas metodológicas em geografia agrária**. /organizadores: Glaucio José Marafon. João Rua, Miguel Angelo Ribeiro. Rio de Janeiro. EdUERJ.

SAQUET, Marcos Aurélio. (2010). **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2ªed.

**Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

Cleiton Costa Denez – 70%

Francisco Lima Mota – 30%